



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**THATIANE LETÍCIA RODRIGUES RIBEIRO**

**NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E A SUA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A CRISE DE 2001**

Porto Nacional/TO  
2019

**THATIANE LETÍCIA RODRIGUES RIBEIRO**

**NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E A SUA  
CONTRIBUIÇÃO PARA A CRISE DE 2001**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto

Porto Nacional/TO  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R484n Ribeiro, Thatiane Letícia Rodrigues.  
Neoliberalismo na Argentina e a sua contribuição para a crise de 2001. /  
Thatiane Letícia Rodrigues Ribeiro. – Porto Nacional, TO, 2019.  
52 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2019.

Orientador: Dirceu Marchini Neto

1. Neoliberalismo. 2. Argentina. 3. Dívida Externa. 4. Crise. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

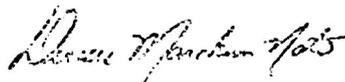
THATIANE LETÍCIA RODRIGUES RIBEIRO

### NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CRISE DE 2001

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 17 / 06 / 2019

Banca Examinadora



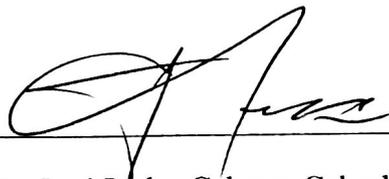
---

Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto – UFT (Orientador)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Gomes Muniz – UFT (Examinadora)



---

Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral – UFT (Examinador)

Porto Nacional  
2019

*Dedico essa monografia a minha amada mãe,  
Rosângela, que foi a minha maior  
incentivadora e ponto de apoio, sem a qual  
jamais poderia ter chegado até aqui. Também  
dedico ao meu pai, Wilson que mesmo de  
longe sempre esteve de prontidão para dar  
todo suporte necessário.  
Com todo meu amor, está monografia dedico  
a vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Eu tenho muitos a agradecer, pessoas que talvez sem perceber fizeram uma grande diferença nessa jornada. Em primeiro lugar, quero agradecer as professoras mulheres deste curso, as fortes, inteligentes e inspiradoras com quem tive a honra de aprender e me inspirar, Ana Lúcia, Gleys, Fabiana e Márcia. Infelizmente, a estrutura social não permitiu que tivéssemos mais Anas, Fabianas, Gleys's e Márcias no curso, uma pena, pois apesar de termos excelentes profissionais homens, jamais terão o brilhantismo das Anas, Fabianas, Márcias e Gleys's.

Aos meus queridos professores, em especial ao Professor Italo, que foi o meu primeiro orientador em minha iniciação científica, sem a qual eu teria tido uma dificuldade bem maior para realizar este trabalho. Aos demais, poderia falar como cada um contribuiu de maneira positiva para minha chegada até aqui, para além da contribuição acadêmica, mas provavelmente ficaria uma leitura exaustiva, no entanto, meus mais sinceros agradecimentos aos Professores, Carlos, José Pedro e Fernando Furquim, não só pelas excelentes aulas, mas pelos conselhos, e gentilezas, tornando os dias acadêmicos mais suportáveis.

Quero também, obviamente, agradecer ao orientador desta monografia, Dirceu Marchini Neto, que prontamente e com bastante entusiasmo aceitou participar deste projeto me orientando e por tê-lo feito com tamanha altivez e empenho.

Aos meus amados colegas, a minha gratidão por estarem comigo, por percorrerem esta jornada comigo, por rirem e chorarem comigo. Com vocês descobri um mundo novo, vocês me ajudaram a estourar a bolha em que eu vivia, me fizeram mais humana, mais viva. Obrigada meus queridos Mairu, Natalya, Vanessa, Cristiano, Guilherme, e Carlla (mas que todo mundo chama de Carllinha). Vocês foram minha alegria, com todas nossas diferenças, amo vocês.

Por fim, e os mais importantes a quem quero agradecer são os meus pais, minha mãe Rosângela e meu pai Wilson, que fizeram tudo isso possível, foram minha base, meu tudo. Gratidão a minha mãe, que me ajudou a escrever cada palavra deste trabalho com o seu suor, com sua torcida, com o seu suporte, obrigada por lutar por mim quando eu não pude, essa graduação é nossa mãe, conquista sua e minha. Ao meu pai, por prontamente suprir minhas necessidades durante a graduação, por me ajudar sempre que solicitei sua ajuda.

Obrigada a todos!

## RESUMO

Considerando o processo epidêmico de neoliberalização econômica ocorrida no Ocidente nos anos de 1990 esta monografia por meio de uma abordagem qualitativa a partir da tipologia de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo analisar como se deu a disseminação do pensamento neoliberal até a chegada à Argentina em 1989 com o governo de Carlos Menem (1989-1999), quais foram os reflexos da introdução das medidas neoliberais no setor econômico e social, bem como verificar se cumpriu com as promessas de seus defensores, nas quais consistiam em fomentar o crescimento econômico, conter a inflação e solucionar a crise fiscal argentina, além disso, mostrar como a reforma do Estado refletiu em uma das maiores crises do país, a Crise de 2001. Esta pesquisa revelou que a participação de instituições financeiras internacionais ligadas aos Estados Unidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foram essenciais para a implantação das reformas, assim como o contexto de crise pós-redemocratização. Todavia apesar da promessa de melhoria econômica, os dados socioeconômicos bem como as literaturas utilizadas mostraram que as medidas adotadas não levaram o país a uma estabilidade, não houve crescimento econômico considerável, a dívida externa aumentou, assim como a taxa de desemprego e o índice de pessoas na linha da pobreza, não obstante a taxa de inflação fora contida e a balança comercial se mostrou dentro deste período negativa. Com base nas referências bibliográficas dessa pesquisa observou-se que estes resultados se deram principalmente em detrimento do Plano de Conversibilidade de 1991 e a abertura comercial, refletindo também posteriormente na Crise de 2001.

**Palavras-chaves:** Neoliberalismo. Argentina. Menem. Crise de 2001.

## RESUMÉN

Considerando el proceso epidémico de neoliberalización económica ocurrida en Occidente en los años 1990 esta monografía por medio de un abordaje cualitativo a partir de la tipología de investigación bibliográfica, tiene como objetivo analizar cómo se dio la diseminación del pensamiento neoliberal hasta la llegada a la Argentina en 1989 el gobierno de Carlos Menem (1989-1999), cuáles fueron los reflejos de la introducción de las medidas neoliberales en el sector económico y social, así como verificar si cumplió con las promesas de sus defensores, en las que consistían en fomentar el crecimiento económico, contener la inflación y solucionar la crisis fiscal argentina, además, mostrar cómo la reforma del Estado reflejó en una de las mayores crisis del país, la Crisis de 2001. Esta investigación reveló que la participación de instituciones financieras internacionales ligadas a Estados Unidos, como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial, fueron esenciales para la implantación de las reformas, así como contexto de crisis post-redemocratización. Sin embargo, a pesar de la promesa de mejora económica, los datos socioeconómicos así como las literaturas utilizadas mostraron que las medidas adoptadas no llevaron al país a una estabilidad, no hubo crecimiento económico considerable, la deuda externa aumentó, así como la tasa de desempleo el índice de personas en la línea de la pobreza, a pesar de que la tasa de inflación había sido contenida y la balanza comercial se mostró dentro de este período negativo. Con base en las referencias bibliográficas de esa investigación se observó que estos resultados se dieron principalmente en detrimento del Plan de Conversabilidad de 1991 y la apertura comercial, reflejando también posteriormente en la Crisis de 2001.

**Palabras Claves:** Neoliberalismo. Argentina. Menem. Crisis De 2001.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FIEL	Fundação de Pesquisas Econômicas Latino- Americanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FREPASO	Frente para um País Solidário
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
UCR	União Cívica Radical
UFT	Universidade Federal do Tocantins
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem
US\$	Dolar

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dívida Externa (% Do PIB, 1990-2013 .....	35
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inflação, Deflator Do Vvv PIB (% Anual ( 1989-1999 ) ).....	28
Gráfico 2: Desemprego, Total (% Da Força De Trabalho Total (1989-1999) ). .....	29
Gráfico 3 - Taxa De Incidência Da Pobreza, Com Base Em US\$ 1,90 Por Dia (% Da População (1989-1999)).....	32
Gráfico 4 - Balança Comercial (% Do PIB (1989-1999)).....	33
Gráfico 5- Crescimento Do PIB (% (1989-1999)).....	34

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 NEOLIBERALISMO E O PROCESSO DE REFORMA NA ARGENTINA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Introdução Do Neoliberalismo Na Argentina.....</b>	<b>20</b>
<b>3 REFLEXO DAS MEDIDAS NEOLIBERAIS EM SETORES SÓCIO- ECONÔMICOS DA ARGENTINA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Inflação.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 Desemprego.. .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 Pobreza.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Balança Comercial .....</b>	<b>32</b>
<b>3.5 PIB.. .....</b>	<b>33</b>
<b>3.6 Dívida Externa .....</b>	<b>35</b>
<b>4 A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NA CRISE ARGENTINA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 A Argentina dos anos 1990: estabilização, reformas estruturais e crise social .....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 O Fim Do Plano De Convertibilidade Na Argentina .....</b>	<b>41</b>
<b>4.3 O Modelo Neoliberal: Pilares Da Crise Argentina .....</b>	<b>44</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>

## I INTRODUÇÃO

Em 1944 o economista e filósofo austríaco, Friederich Hayek publicou o livro *Caminho da Servidão*, sua obra consistia em suma, a proposta de uma nova política macroeconômica derivada do liberalismo clássico, que viria a ser hegemônica no Ocidente nos anos de 1990. Para difundir suas ideias Hayke demonizou o socialismo relacionando-o com a Alemanha nazista, aproveitando-se do contexto de conflito, em que o mundo rogava por paz. Assim o referido economista apresentou a proposta neoliberal como única alternativa viável para uma sociedade livre.

Após a queda do Muro de Berlim em 1989, marco do fim da bipolaridade entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) que durou pouco mais de 50 anos, os EUA passaram a investir em uma política externa intervencionista, impulsionado pelo anticomunismo soviético, na qual, um de seus alvos consistia em introduzir a América Latina ao neoliberalismo.

Este período coincide com a crise latino-americana pós-redemocratização, os países dessa região se encontravam em profunda recessão, inflação que chegava a pouco mais de 3000%, e uma dívida externa acumulada em dólar na qual não podiam saldar e conseqüentemente não havia crédito externo para promover o estímulo do setor industrial.

Carlos Menem ao ser eleito presidente da Argentina em 1989 seguiu uma política de alinhamento com os EUA, sendo aquele que aderiu sem resistências todas as medidas recomendadas pelas instituições internacionais comandadas pela potência norte-americana.

Como o modelo fora vendido para os países latino-americanos como forma de solucionar a crise fiscal, recuperar o crédito internacional, conter a inflação e promover o crescimento econômico, a questão que se tem é se, este cumpriu estas expectativas; quais foram os efeitos no setor social e qual seu grau de influência para a eclosão da crise de 2001 na Argentina.

A princípio crê-se na hipótese que se por um lado o modelo conseguira superar a crise econômica por um determinado período, por outro, os problemas sociais aumentaram, visto que o modelo prevê a diminuição de investimentos estatais neste setor, bem como o aumento da taxa de desemprego numa tentativa de minimizar direitos trabalhistas para fortalecer o mercado. Além disso, o que se acredita é que apesar de fatores internacionais contribuírem para a crise argentina em 2001, bem como a crise política, o neoliberalismo não fora capaz de manter a economia estável, e a crise social causada pelo modelo pode ter refletido em

prejuízos para o Estado argentino, visto que posteriormente o governo teve de arcar com o aumento da proporção de pessoas na linha da pobreza e desempregadas.

Assim, esta pesquisa mostra como se deu o processo de estabelecimento do pensamento neoliberal iniciado pelo economista e filósofo austríaco, Friederich Hayek, sua definição e como se deu a reforma do Estado na Argentina, o que impulsionou sua implantação e as diretrizes adotadas pelo então presidente Carlos Menem. Também faz uma análise sobre os efeitos da implantação das diretrizes neoliberais na Argentina no setor econômico e no setor social a partir de dados quantitativos fornecidos pelo Banco Mundial e a influência da inserção do modelo neoliberal para a eclosão da crise de 2001.

Sendo assim, esta monografia tem como objetivo verificar – por meio de indicadores econômicos e sociais e por análise de literaturas – os impactos da inserção de diretrizes neoliberais na Argentina, durante o governo de Carlos Menem (1989-1999), ao buscar identificar ou balancear o peso e papel das variáveis internacionais e domésticas nos resultados econômicos e sociais das reformas implementadas no período.

O objetivo geral deste trabalho concentra-se em indicar os efeitos do neoliberalismo na Argentina no período de 1989 a 1999, verificar se houve contribuição do modelo para Crise de 2001, e identificar que medidas específicas foram responsáveis por esse reflexo na crise. No que se refere aos objetivos específicos, a presente monografia visa:

- Mostrar o porquê e de que forma fora implantado o neoliberalismo na Argentina durante o governo de Carlos Menem;
- Identificar o reflexo da inserção do modelo no setor econômico e no setor social;
- Construir uma conclusão acerca da eficácia do modelo a partir da discussão literária e análise quantitativa;
- Analisar a contribuição do neoliberalismo de Menem para a eclosão da Crise de 2001 na Argentina.

Para o alcance de tal, utilizamos o método qualitativo, focando no estudo de caso apresentado. A discussão de literatura e os argumentos finais, baseados nos achados da pesquisa, tem como base a análise empírica dos principais resultados das reformas neoliberais, utilizando-se de indicadores econômicos e sociais, dentro do marco temporal de 1989 até a crise de 2001 na Argentina.

O presente trabalho foi sintetizado por meio da articulação dessa abordagem, pois segundo Richardson (1999), trata-se de uma metodologia que visa destacar características não observadas através do estudo quantitativo. O referido autor também advoga que abordar

qualitativamente determinado tema é a maneira mais adequada de conhecer a natureza de um determinado fenômeno social.

No que tange a tipologia de pesquisa quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Neste caso o objetivo é recolher informações e conhecimentos prévios. Segundo Gil (1999) este tipo de procedimento de pesquisa é feito a partir da coleta e análise de bibliografia já elaborada, como livros e artigos científicos. Cervo e Bervian (1983, p.55) definem como uma tipologia que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO E BERVIAN, 1983, p.55).

Assim, a partir do exposto, fora considerado estas duas categorias metodológicas como primordiais para síntese deste trabalho, pois suas características condizem para o alcance do objetivo proposto.

O trabalho está organizado em *cinco* capítulos correlacionados. O Capítulo 1, Introdução, apresentou por meio de sua contextualização o tema proposto neste trabalho. Da mesma forma foram estabelecidos os resultados esperados por meio da definição de seus objetivos e apresentadas as limitações do trabalho permitindo uma visão clara do escopo proposto. O Capítulo 2 apresenta como se deu o estabelecimento e disseminação da teoria neoliberal em uma perspectiva geral, bem como sua disseminação na América Latina até a adoção das diretrizes na Argentina. O Capítulo 3 faz uma análise de indicadores socioeconômicos correlacionados com o debate literário sobre os efeitos da implantação do modelo neoliberal. O Capítulo 4 apresenta o debate literário acerca da contribuição do neoliberalismo na eclosão da Crise de 2001. No Capítulo 5 são discutidas as conclusões do trabalho.

## 2 NEOLIBERALISMO E O PROCESSO DE REFORMA NA ARGENTINA

A teoria neoliberal fora proposta pelo economista e filósofo austríaco, Friederich Hayek com a obra *Caminho da Servidão*, publicada em 1944 na Inglaterra. Hayek era um grande defensor do liberalismo clássico<sup>1</sup>. Seu trabalho fora escrito durante a Segunda Guerra Mundial, e sua principal preocupação era que após a guerra a Inglaterra seguisse a mesma orientação político-econômica que a Rússia. Para o autor, o socialismo tinha forte ligação com o totalitarismo, pois em suma considerava incompatível para a preservação de uma sociedade livre. (Hayek, 2010, p.12, 16). Em grande parte da sua obra, Hayek estabelece uma argumentação baseada na concepção de que o socialismo, mesmo o democrático, levaria ou se assemelharia ao mesmo regime totalitário nazista que insurgiu na Alemanha em 1933.

Depois de publicada a primeira edição de *Caminho da Servidão* em 1944, a Inglaterra experimentou seis anos de uma política econômica que se pautava no capitalismo, mas mesclava políticas de bem-estar social, além disso, tinha forte participação governamental na produção e distribuição, com a chegada ao poder do Partido Trabalhista inglês (Labour Party). Apesar de Hayek (2010, p.19) assegurar que não houve nada durante este governo que indicasse um regime totalitário, o autor argumenta que a principal mutação ocorreu na mudança de caráter do cidadão inglês. Assim o caminho para a servidão se inicia quando inconscientemente o cidadão comum é levado ao domínio estatal por meio de pequenas regras estruturadas sob um determinado padrão de complexidade, ou seja, as burocracias tornavam as pessoas cada vez mais dependentes e presas ao Estado.

As ideias de Hayek, bem como o título da obra tomaram como referência a composição literária do pensador político francês Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, em que se tem esse entendimento que o socialismo deprecia a liberdade não só econômica, mas também política.

---

1 Segundo Morresi (2008, p. 13) o liberalismo clássico é dado como certo no final do século XVII com as obras de John Locke e que se estende até meados do século XIX. As principais características deste modelo são que: Os liberais clássicos acreditavam que a sociedade deve ser vista como uma entidade autossuficiente e mais ou menos auto-organizada através de mecanismos livremente escolhidos, como o mercado, responsável por traduzir uma série de movimentos desconexos em um resultado benéfico para todos. Em segundo lugar, eles colocam uma forte ênfase nas liberdades pessoal (civil). As liberdades consideradas fundamentais, (eles variavam de um autor para outro), mas em geral eles incluíam o direito de vida, propriedade e liberdade de movimento e de fala.

Tal poder não destrói a existência, mas a torna impossível; não tiraniza, mas comprime, enerva, sufoca e entorpece um povo, até que cada nação seja reduzida a nada mais que um rebanho de tímidos animais industriais, cujo pastor é o governo (TOCQUEVILLE, 1840 apud HAYEK, 2010, p.21).

Segundo a interpretação de Negrão (1998, p. 20) Hayek descartava a possibilidade de uma economia mista como terceira via, pois para o autor representava um risco ainda maior do que a escolha de um dos modelos (capitalista e socialista). Isso porque o teórico austríaco acreditava que a sociedade era dividida em apenas duas interpretações possíveis, a primeira é o *Kosmos* do qual o liberalismo deriva, que fundamenta-se na ideia do mundo industrial construído a partir de iniciativas individuais e espontâneas, já a segunda interpretação corresponde a *Taxis* em que se pressupõe o domínio das leis do progresso e a construção de uma sociedade a partir de um plano ordenado, desta se deriva o socialismo.

Hayek (2010) na maior parte do livro faz críticas ao socialismo com o objetivo de elevar a discussão liberal, trazendo-o como alternativa para a promoção da liberdade não só econômica, mas também político-social. No entanto, segundo Anderson (1995, p. 09), somente após a crise econômica de 1973 é que se criou um ambiente de maior aderência a discussão neoliberal. Hertel (2002, p. 107), explica que neste contexto que o estado de bem-estar social fora o principal apontado como causa da crise, tornou-se um campo favorável para discussão de uma política que representasse o oposto dele.

A ascensão dessas ideias está ligada à crise de acumulação do capital que se abate sob a economia avançada na década de 70, com a diminuição das taxas de lucro, crise do estado de bem-estar social e crise fiscal do Estado (...). O neoliberalismo, diante da crise que se instaurava, ganhava força, até porque o planejamento central e o aumento dos gastos públicos do pós-guerra eram apontados como culpados pelo endividamento e pela crise fiscal (HERTEL, 2002, p.107).

De acordo com Anderson (1995, p. 09), Hayek considerava os sindicatos e o movimento operário, agentes contribuintes para a recessão, visto que estes reivindicavam ajustes salariais e pressionavam o governo para o aumento de gastos sociais. Dessa forma, seria necessário que o Estado iniciasse uma política de disciplina orçamentária na qual houvesse contenção de gastos com bem-estar e elevação da taxa de desemprego com o objetivo de enfraquecer esses agentes. Além disso, Hayek também sugeriu que o Estado sintetizasse reformas fiscais como a redução de impostos em grandes rendimentos. Negrão (1998, p.11) também pontua que o autor austríaco defendia a ideia de que as políticas sociais

representam um atraso social e que tais iniciativas levam ao conformismo que eterniza, segundo ele, a pobreza.

Na América Latina, o neoliberalismo fora iniciado com Pinochet (1973-1990), no Chile, todavia, segundo Hertel (2002, p.108) já se mostrava contraditório visto que o governo vigente na época teria ascendido de forma não democrática. O modelo havia se consolidado em 1979 na Grã-Bretanha com o governo de Margareth Thatcher e em 1980 nos Estados Unidos com Ronald Regan, região em que o anticomunismo soviético havia fortalecido o poder de atração do projeto. O programa neoliberal a partir disso se fez forte e hegemônico na Europa Ocidental e na América do Norte.

Segundo Anderson (1995, p.10), Thatcher havia implantado o modelo em sua forma mais pura, apesar de iniciado o processo de privatizações, de acordo com ele, tardiamente. Em contrapartida, Negrão (1998, p.13) considera que não houve em nenhum país a implantação prática do neoliberalismo que fosse fiel a sua proposta teórica, nem o Estado inglês nem o chileno. Com efeito, se faz importante para este trabalho listar as medidas adotadas pela ex-Primeira-Ministra do Reino Unido, já que fora considerada a região que mais se aproximou da proposta teórica de Hayek, que de acordo com Anderson (1995), consistiu em:

- Contração da emissão monetária;
- Elevação das taxas de juros;
- Redução de impostos sobre rendimentos altos;
- Abolição do controle de fluxos financeiros;
- Aumento da taxa de desemprego;
- Criação de legislação anti-sindical;
- Disciplina orçamentária (corte nos gastos sociais).

Como fora visto, Hayek fundamentou sua argumentação na premissa de que o socialismo representa um risco à democracia a fim de vender o neoliberalismo como única alternativa democrática, utilizando-se de um contexto em que há forte temor pela ascensão de regimes autoritários, já que seu livro fora escrito durante a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma se faz necessário estabelecer um debate, sobre a discussão democrática já que é bastante pontual dentro do neoliberalismo.

Como já fora dito, Hayek se fundamenta na ideia de que o socialismo é totalitário e que o novo modelo surge como contraponto a isso, sendo um de seus principais argumentos, no entanto, segundo Negrão (1998, p. 11), para Hayek a democracia “desmedida” se torna um problema de governabilidade, além disso, pontua que houve “forte presença ideológica nos processos e transição de governos autoritários”.

Também deve se levar em conta que parte da literatura acredita que o liberalismo e a democracia são vistos como conceitos antitéticos. Segundo Bobbio (2005, p. 08), um dos principais teóricos no que se refere aos estudos sobre democracia, o Estado liberal entra em declínio com a progressiva ampliação da democracia, um marco histórico em que isto é observado, de acordo com o autor é a partir da universalização do sufrágio.

Silva (2011, p.122) concorda com a afirmação de Bobbio, e trás alguns exemplos em que o liberalismo se sobrepôs a democracia e vice-versa na história, como a Grande Depressão de 1929 que segundo ele representou um momento de ampliação da democracia, em que seu sistema transcende, o que dantes era uma mera forma de governo passou a ser um sistema diretamente ligado ao cotidiano dos cidadãos, passou a ser um elemento cultural ao passo que a economia entra em colapso bem como seu então modelo de desenvolvimento. Outro evento que Silva cita que representa o inverso do primeiro se refere a crise democrática de 1973, em que países da América Latina sofreram golpes militares e iniciaram um período de ditadura governamental, este momento foi compatível ao período em que o liberalismo se torna hegemônico.

No entanto é preciso entender que existem distinções no que se refere ao olhar democrático, este pode está ligado apenas a mecanismos institucionais como o sufrágio universal, ao direito do cidadão de participar do processo eletivo de alternância de governos, como se pode olhar com mais profundidade, como um sistema que busca o benefício da maioria e fins de coletividade. Assim Negrão argumenta:

(...) que em consequência, o projeto neoliberal tende a distanciar-se da democracia, especialmente se considerarmos, como Hélio Jaguaribe, que as democracias modernas dividem-se em dois grandes modelos: a democracia social, organizatória e que configura a sociedade para fins de coletividade; e a democracia liberal, dedicada apenas à regulação da sociedade civil. Exemplo do segundo modelo são as democracias da Europa Ocidental do século XIX; do primeiro, as democracias contemporâneas que se caracterizam por um Estado de Bem-Estar (NEGRÃO, 1998, p. 12).

Dessa forma, se utilizarmos a democracia a partir da definição da democracia social, é possível dizer que o neoliberalismo tem fins de coletividade? A proposta neoliberal é democrática? As respostas para estas perguntas são todas negativas, pois se observarmos a obra de Hayek é notável que apesar do autor utilizar o neoliberalismo como única alternativa contra o totalitarismo é perceptível que ele considera a democracia das massas um impasse a iniciativa de economia de mercado e que as políticas sociais simbolizam um paternalismo que leva ao conformismo.

Outro ponto observado na análise das literaturas se trata da ocorrência de uma série de eventos decisivos no sistema mundial até a chegada da onda neoliberal na América Latina. Segundo Hertel (2002, p. 104), Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, eram os principais teóricos liberais ou clássicos em um período de disputa hegemônica entre França e Inglaterra, que só teve fim com o Tratado de Viena em 1915, transformando-se assim em “Imperialismo de livre comércio”. Essa mudança, (ARRIGHI 1996, p.53 *apud* HERTEL 2002, p.104) ocorreu em três dimensões. A primeira, a partir do alinhamento de novos Estados, em que Reino Unido emerge e passa a interferir na política de “praticamente todos os países do globo”. A segunda seria a desintegração dos impérios coloniais no ocidente e sua expansão. A terceira, a “consolidação da hegemonia britânica”, que se manteve assim até o século XIX. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram o posto de principal potência do sistema, com uma política externa mais intervencionista, responsável por disseminar os ideais neoliberais na América Latina.

Tendo em vista a contextualização histórica exposta observou-se que para se consolidar nos anos de 1980, o programa neoliberal requereu a influência de uma conjuntura internacional complexa, sendo apresentado como solução para tal. Dessa forma, o próximo tópico aborda como se deu este processo na América Latina a partir dos anos de 1990 e, por conseguinte na Argentina, que na região fora o Estado que aderiu ao modelo de forma mais rápida e mais extremada neste período.

## **2.1 Introdução Do Neoliberalismo Na Argentina**

O neoliberalismo para se consolidar tanto na Argentina como em boa parte da América Latina passou por processos históricos de crises políticas, econômicas e sociais. Armijo e Faucher (2002, p.02) explicam que a crise econômica fora um fator importante para iniciar a reforma e as medidas específicas mais importantes aplicadas na América Latina que consistiam em: estabilização e reforma fiscal, liberalização do comércio e adoção de um viés

orientado para a exportação na estratégia comercial, além disso, redução do preço subsidiado de bens estratégicos e básicos, privatização de empresas estatais, reforma da segurança social, liberalização do mercado financeiro e retirada de restrições ao investimento estrangeiro.

Herman (1990, p. 139) pontua que nas décadas de 1960 e 1970 países latino americanos passaram a implantar de forma rápida o modelo de Estado desenvolvimentista, no entanto tiveram que ser revestidos devido às crises bancárias e cambiais e que dessa forma os problemas fizeram que seus defensores fizessem uma revisão do modelo dando origem à política de liberalização predominante nos anos 1990.

Segundo Bandeira (2002, p.135) com a eclosão da dívida externa, instituições financeiras como o Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional criaram, em 1989, em Washington, medidas que deveriam ser adotadas para a concessão de novos empréstimos e renegociação da dívida, no chamado Consenso de Washington<sup>2</sup>. De acordo com Bandeira (2002, p. 135) a intervenção dos Estados Unidos se deu porque a crise na América Latina passou a afetar sua capacidade de exportar em grande escala para a região e atender ao serviço da dívida externa. As dez medidas do Consenso, segundo Anderson (1995, p.13) recomendava a:

- Abertura comercial;
- Privatização de estatais;
- Redução de gastos públicos;
- Disciplina fiscal;
- Reforma tributária;
- Desregulamentação;
- Estímulo aos investimentos estrangeiros diretos;

---

2 O *Institute for International Economics* promoveu uma conferência, para a qual foram convidados economistas de oito países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. Naquela oportunidade, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington. (BANDEIRA, 2002, p. 135).

- Juros de mercado;
- Câmbio de mercado;
- Direito a propriedade intelectual.

Neste contexto latino-americano, a Argentina é um destes países em que implantação das políticas neoliberais precede um marco histórico de crise. As raízes do desequilíbrio econômico que levou a reforma neoliberal segundo Cristobo (2009, p. 05), se dá a partir da Reforma do Sistema Financeiro de 1977 (período da ditadura civil-militar) que apontou para um novo modelo de acumulação econômica marcado pela abertura do mercado de bens e capitais, e o estabelecimento de um regime cambial que impusesse um regime de desvalorização decrescente. A liberalização da economia, de acordo com o autor, produziu a desindustrialização (pondo fim ao modelo de substituição de importações) e encorajou a especulação financeira que gerou um nível crescente de endividamento externo (tanto público quanto privado).

Em 1977 (ano da reforma financeira), a dívida externa que era de 11,7 bilhões de dólares, passou a ser 45 bilhões de dólares até o final de 1983. Para Cristobo, o Golpe de 1976 representa "um novo esquema global de inserção na economia mundial" aprofundado na década de 1990 e caracterizado pelo endividamento externo. No final de 1988, é impossível pagar juros sobre a dívida, já que segundo Bandeira (2002, p.135) iniciou-se um processo de fuga de capitais estrangeiros e nacionais, fator que contribuiu para a estagnação econômica. Desta forma este se torna o meio para que os credores externos (principalmente bancos transnacionais representados pelo FMI) tentam ganhar posições na direção das políticas econômicas na Argentina.

Segundo Duhalde (2009) ao assumir o governo em 1989, Menem iniciou a implementação de um conjunto de políticas que significaram uma grande mudança para a Argentina, tanto econômica quanto política e social. De acordo com o autor o principal mecanismo utilizado para essas mudanças foi a reforma legislativa, tanto por meio de leis quanto por decretos do Poder Executivo. Essa ofensiva foi a continuação e consolidação das políticas governamentais que começaram a ser implantadas no Estado após o período ditatorial que corresponde aos anos de 1976 a 1983. Para Duhalde, essas reformas eram de natureza puramente liberal e tinham o objetivo geral de acabar definitivamente com o modelo nacional-distribucionista estabelecido no país desde a década de 1940.

Para Morresi, (2008, p. 80), em 1989, com a hiperinflação, a situação da Argentina atingiu um nível de desequilíbrio econômico que impulsionou a aspiração por uma nova política econômica. A sociedade se viu tencionada a aceitar a solução neoliberal que por anos tinha sido publicidade e que, de acordo com seus promotores, traria soluções simples e rápidas. Assim, Carlos Menem ascende como aquele disposto a executar uma "cirurgia sem anestesia" capaz de dar início a reforma de Estado.

Carlos Menem se elegeu pelo Partido Justicialista (PJ), também conhecido como partido peronista. Para Gervasoni (1998, p. 2) o PJ possui uma natureza complexa, atípica e mutável que fez dele um jogo de difícil caracterização e classificação dentro das categorias tradicionais da Ciência Política. No entanto, havia um consenso de que, desde a sua criação, o justicialismo permaneceu quase inalterada algumas características definidoras, que segundo Gervasoni:

ha sido el partido de los obreros y masas rurales, ha sostenido una sólida alianza con los sindicatos, se ha identificado con políticas económicas distribucionistas, proteccionistas y estatistas, ha seguido una política exterior de no alineamiento y, no menos importante, ha ganado cada elección presidencial a la que se le permitió presentarse con la excepción de la de 1983 (GERVASONI, 1998, p. 2).

Assim, o autor indica que suas características definidoras são em suma identificadas com políticas econômicas distribucionistas, protecionistas e estatistas, opostas aquelas de cunho neoliberal, ou seja, com forte viés socialista.

Dessa forma, com a eleição de Menem o PJ sofreu transformação profunda e abrupta, desde 1989 o PJ se tornou o partido liberal-conservador argentino. Em termos econômicos, o governo justicialista aplicou praticamente todas as políticas recomendadas pelo pensamento liberal: ortodoxia fiscal e monetária, privatizações abertura da economia, desregulamentação, atração de capital estrangeiro, etc. Na política enfraqueceu sua aliança com os sindicatos ao mesmo tempo em que buscava novo apoio no empreendedorismo nacional, capital transnacional, partidos nacionais de centro-direita. Na política externa, a administração do então presidente não modificou apenas a orientação de seu próprio partido, mas também a que o país havia seguido por décadas. No que tange a política externa, foi adotada a ideia de transformar a Argentina em um dos países mais fielmente alinhados aos Estados Unidos, a reaproximação com a Inglaterra e tornou-se um firme crítico do regime cubano (GERVASONI, 1998, p. 2).

Assim que iniciara seu primeiro ano de mandato Carlos Menem já adotou boa parte das recomendações do Consenso de Washington. Segundo Martins (2009, p. 03), as primeiras que tinham como objetivo mais urgente combater a inflação no país consistia no congelamento de preços sobre produtos e salários, bem como a suspensão de subsídios ao setor privado. Mas que por não resultar em uma significativa mudança dos índices o governo teve que apelar para o chamado Plano Bonex, em dezembro de 1989. O plano em suma, confiscava as poupanças acima de quinhentos dólares a fim de reduzir a liquidez dos depositantes e estimular a procura por bens e serviços. Neste período, Menem também já iniciara com os cortes nos gastos sociais, como a suspensão de contratos, licitações e compras do setor público. Houve também descentralização dos serviços, principalmente nas áreas da educação e da saúde, que passaram a ser responsabilidade das províncias, esta descentralização acarretou, entre outros fatores, na queda dos salários dos professores, diminuição dos investimentos na construção de novas escolas públicas e na compra de materiais pedagógicos.

De acordo David Rosenblatt (gerente de Estratégia e Operações da Unidade de Economia do Desenvolvimento do Banco Mundial), em um artigo publicado em 2016, muitas províncias sofreram sua própria onda de privatizações e reformas previdenciárias. O Pacto Fiscal de 1992 (Lei 24.130) incluiu mudanças no sistema de compartilhamento de receita e um consenso político para o lançamento de reformas de privatização e a reforma da seguridade social. O último era importante dada a influência dos governadores sobre seus respectivos representantes provinciais em Congresso.

Sem entrar em todos os detalhes, do ponto de vista fiscal, a participação nos lucros envolveram o governo federal retendo 15% (por cento) da torta geral no compartilhamento de recursos, ao mesmo tempo em que descentralizou vários fundos de infraestrutura e estabeleceu um do bloco geral de compartilhamento de receita, garantindo assim a estabilidade aos fluxos de receita provincial. A negociação do piso garantido se tornaria mais tarde uma questão de disputa durante acordos federais provinciais subsequentes durante a crise da Conversibilidade (ROSENBLATT, 2016, p. 09).

O segundo Pacto Fiscal de 1993 (sancionado pelo Decreto 14 de 1994) estabeleceu um acordo sobre a reforma tributária no nível provincial (por exemplo, eliminação do imposto do selo, acordo sobre taxas para o imposto predial, isenção do imposto sobre vendas de receitas brutas em determinados itens), enquanto o acordo federal concordou em baixar o impostos sobre folha de pagamento e deixaria de reter o excesso de participação nos lucros sobre o valor mensal mínimo. (O piso de 1992, na prática, também se tornou um teto.) O governo

federal também concordou em unificar os sistemas de pensões dos provinciais no sistema nacional, enquanto as províncias reformaram esses sistemas para se adequarem às normas nacionais antes da transferência (ROSENBLATT, 2016, p. 09).

De acordo com Vianini (2014, p.02) por conta da crise de popularidade da oposição, Menem aprovou com facilidade suas medidas nos primeiros anos de mandato. Entre elas, a criação três leis: A primeira se refere a Lei de Emergência Econômica, que suspendia subsídios e regimes de incentivo, além de flexibilizar a demissão de funcionários públicos; a segunda compreende a Lei de Reforma do Estado, que impunha uma lista das principais empresas estatais que necessitavam ser privatizadas; a terceira que cumpre ser apresentada neste trabalho se refere a Lei Nacional do Trabalho 24.013, promulgada em novembro de 1991. Com essa lei, por meio de contratação temporária e redução de encargos sociais, o governo buscou mais investimentos e empregos. No entanto, nos fatos, o resultado evidente foi o aprofundamento da instabilidade do trabalho. A norma incorporava novas formas de contratação por um tempo específico, mais tarde chamado de “contratos de lixo”; Ele também introduziu o contrato de trabalho para jovens com menos de 24 anos de idade.

Para alcançar o equilíbrio fiscal, Menem e seus economistas, em 1990, adotaram quatro medidas no que se refere à inclusão de mais impostos. As quatro medidas, segundo Martins (2009, p.4) foram: a quadruplicação do imposto sobre débitos bancários; a duplicação do imposto sobre ativos produtivos; a criação do imposto sobre o cheque e a elevação em 25% dos combustíveis por meio de decreto.

Segundo Vianini (2014, p. 02) a falta de resultados significativos para as ofensivas do governo levou Domingo Cavallo (Ministro da Economia) a propor o Plano de Conversibilidade, que fora aplicado em 1991, este fixava o câmbio da moeda local em relação ao dólar, além de tentar reduzir a inflação o plano também foi proposto com objetivo de incitar a abertura comercial do Estado. Além disso, fora estabelecida uma redução geral de tarifas, dando início ao processo de abertura econômica do país ao mercado externo.

Cumprir pontuar que para Bandeira (2002, p. 135) as recomendações feitas pelo Consenso de Washington em suma orientavam para a retirada do Estado como um ator no setor econômico, seja como empresário, seja como regulador das transações nacionais e internacionais, com o objetivo de tornar o mercado como ator unitário neste setor, o que viabilizaria posteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Isto ampliaria a possibilidade dos Estados Unidos exportar com mais facilidade para região latino-americana.

Neste tópico foram apresentadas em um aspecto geral algumas das principais reformas adotadas por Menem que seguiam a cartilha neoliberal para dar base para análise do próximo capítulo cujo objetivo é apontar os efeitos no setor econômico e social da introdução do neoliberalismo na Argentina.

### **3 REFLEXO DAS MEDIDAS NEOLIBERAIS EM SETORES SÓCIO-ECONÔMICOS DA ARGENTINA**

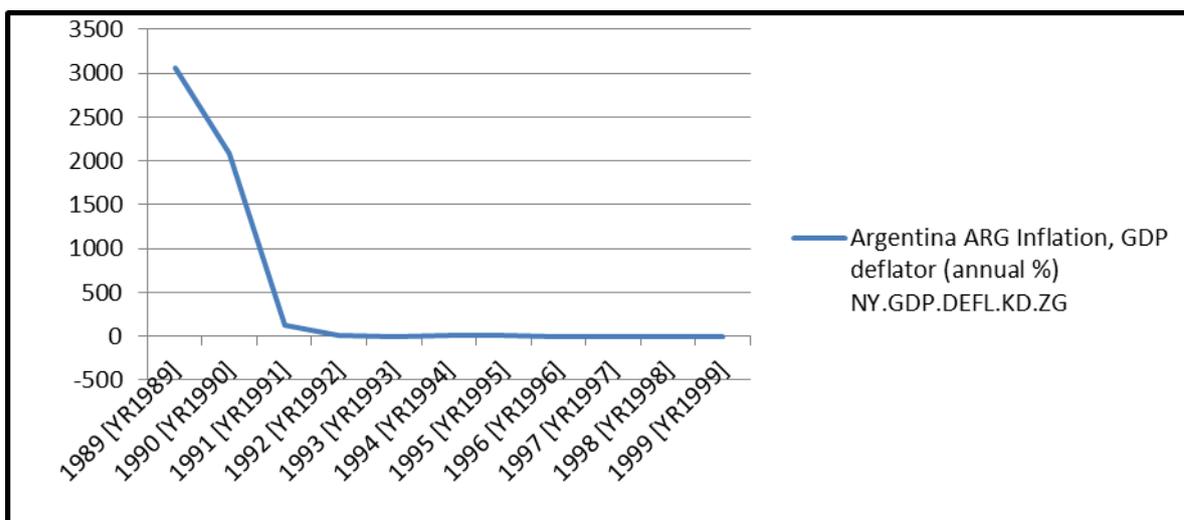
A partir das medidas neoliberais adotadas pela Argentina no governo Menem, este capítulo cumpre demonstrar os efeitos dessas medidas por meio de indicadores socioeconômicos, adjacente as literaturas que discorrem sobre o tema de acordo com as deliberações ocorridas nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo eles, os pioneiros na implantação do modelo neoliberal.

Nosso objetivo é verificar os impactos da inserção de diretrizes neoliberais na Argentina e se fora satisfatório para o que se pretendia o modelo, a partir de gráficos e o intercâmbio das literaturas utilizadas nesta pesquisa, argumenta que a reforma neoliberal não alcançou de fato um crescimento econômico substancial, além de suas medidas terem agravado problemas no setor social.

#### **3.1 Inflação**

O gráfico abaixo mostra a inflação medida pela taxa de crescimento anual do deflator implícito do PIB em relação a taxa de mudança de preço na economia como um todo. O deflator implícito do PIB é a razão do PIB na moeda local atual para o PIB em moeda local constante. A Argentina tinha como objetivo imediato conter a inflação iniciada nos anos de 1970, segundo Hertel (2013), a hiperinflação teve dois grandes picos (1989 e 1990), que se deu após a ruptura de Raúl Alfonsín e o início de “uma corrida monetária em dezembro de 1989, depois que um jornal financeiro revelou que o governo iria lançar um plano de dolarização. Em janeiro depósitos bancários foram congelados e transformados em títulos estrangeiros (plano Bonex)” (RAPOPORT, 2011 apud HERTEL, 2013, p.11). Assim, observa-se que de fato houve uma mudança positiva neste setor se comparado a crise que a Argentina havia enfrentado no decênio anterior.

Gráfico 1 – Inflação, Deflator Do VvV PIB (% Anual ( 1989-1999) ).



Fonte: WOLRD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#<>. Acesso em 05/06/2018 às 17h30min.

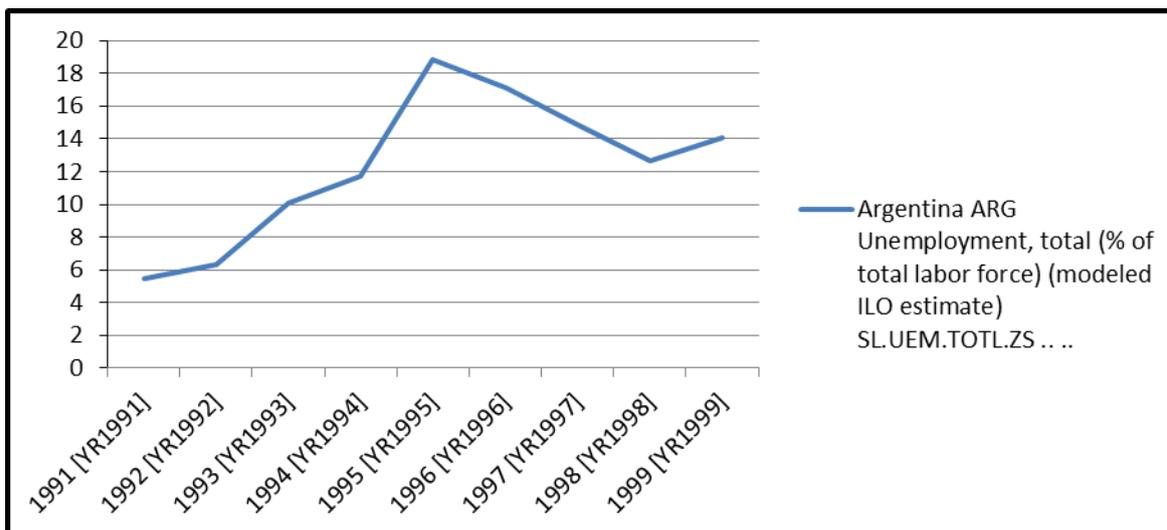
Em relação a inflação observa-se no gráfico 1 que as medidas cumpriram com o objetivo de reduzi-la. Em 1989 Menem encontra uma taxa de cerca de 3,0046.1% e este valor diminui ao longo de seus dois mandatos, no fim, em 1999 a inflação chega a 1,7% segundo os dados do Banco Mundial.

De acordo com Souza (2007, p. 143) a queda da inflação fora resultante do Plano de Conversibilidade combinado com o crédito estrangeiro, assim, estes teriam sido os principais fatores para a remonetização que elevou as taxas de crescimento do PIB, que será mostrado nas páginas seguintes deste trabalho.

### 3.2 Desemprego

No que se refere à taxa de desemprego, no gráfico 2 observa-se um crescimento substancial e progressivo durante todo o período, que alcança sua porcentagem mais elevada em 1996, sendo 18% de desempregados em relação a população ativa, o Estado argentino obteve a maior taxa de desemprego da América Latina neste período.

Gráfico 2: Desemprego, Total (% Da Força De Trabalho Total (1989-1999)).



Fonte: WOLRD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#<> . Acesso em 05/06/2018 às 17h30min.

Segundo Martins (2009, p.13) muitos fatores podem indicar este aumento na taxa de desemprego, entre eles a competição entre empresas nacionais e internacionais resultante da abertura comercial e do Plano de Conversibilidade que favoreceu o crescimento do número de importações que levaram as empresas nacionais a certa desvantagem, pois com a abertura feita de forma rápida estas não puderam se modernizar e disputar de maneira equiparada às grandes transnacionais. Com efeito, muitas empresas entraram em falência, houve demissões em massa, ou na melhor das hipóteses as nacionais passaram a precarizar a mão-de-obra, criando condições de subemprego e informalidade.

(...) a velocidade com que o mercado foi aberto na Argentina não permitiu que as indústrias nacionais se preparassem para competir com as estrangeiras. O corte de subsídios às empresas nacionais dificultou ainda mais a reestruturação das firmas. Progressivamente, o mercado nacional vai sendo dominado por empreendimentos com participação estrangeira no seu capital e os avanços econômicos não são seguidos por melhorias nas condições de vida da população argentina (MARTINS, 2009, p.14).

Martins (2009, p.16) explica que percebido este problema, com o objetivo de diminuir estes índices, o governo promoveu a flexibilização dos contratos de trabalho e a diminuição da contribuição dos empregadores, no entanto é possível notar, ainda no gráfico 2, que a taxa permaneceu em crescimento durante todo período e o único efeito que a medida, bem como as privatizações causaram foram a precarização do trabalho e o aumento de lucro para as empresas, isso porque segundo Camuratti (2004, p. 319) o crescimento sem precedentes do

desemprego, o desemprego disfarçado por trabalho precário de milhares de trabalhadores que realizam atividades de subsistência, como as pessoas ocupadas que ganham dinheiro, os carteiros e vendedores ambulantes, beneficiários de planos de assistência pública, eram elementos disciplinares dos trabalhadores que atuavam, levando-os a aceitar passivamente a perda de salários e a perda de conquistas trabalhistas históricas.

Para Camuratti (2004, p. 315) o processo acelerado de abertura indiscriminada da economia (em oposição ao protecionismo das economias mais desenvolvidas) e o processo de privatizações carregado de irregularidades que operaram a favor desta concentração e estrangeirização da economia, levou ao fechamento de dezenas de milhares de pequenas e médias empresas e a expulsão de centenas de milhares de trabalhadores no mercado de trabalho.

Segundo Duhalde (2009) esse conjunto de transformações, tiveram um impacto muito grande sobre todos os trabalhadores, mas especialmente sobre os funcionários do Estado, duplamente afetados por seu caráter particular como trabalhadores cujo empregador era o Estado.

A principal consequência foi, de acordo com Duhalde (2009) a diminuição do emprego público. Isto foi causado, principalmente, por demissões diretas, aposentadoria antecipada e aposentadoria voluntária. Essa redução no emprego no setor público foi muito maior na área de empresas estatais - de 242.094 trabalhadores em 1991 para 50.516 em 1995 - do que na área de administração nacional, onde, em 1991, 534.238 pessoas estavam empregadas e em 1995 esse número havia sido reduzido para 467.463. Por outro lado, parte do pessoal que foi afastado a nível da administração nacional, aumentou as administrações provinciais devido à transferência, entre outros, do setor da saúde e educação do nacional para as províncias. Nessas administrações, passou de 1.159.370 trabalhadores em 1991 para 1.178.623 em 1995.

### **3.3 Pobreza**

A partir dos anos 1990 houve um duplo fenômeno, já que, por um lado, o empobrecimento do setor que já sofreu pobreza estrutural e, por outro, a pobreza se expandiu para as classes média e baixa. Segundo Cristobo (2009, p. 07) um estudo realizado pelo Banco Mundial especifica que entre 1994 e 1998 na Argentina o número de pobres cresceu em mais de 4 milhões. No final do período indicado (1998), a pobreza atingiu quase 12 milhões de pessoas (29%) e a indigência atingiu 2,6 milhões (7%). Demonstrando seu caráter

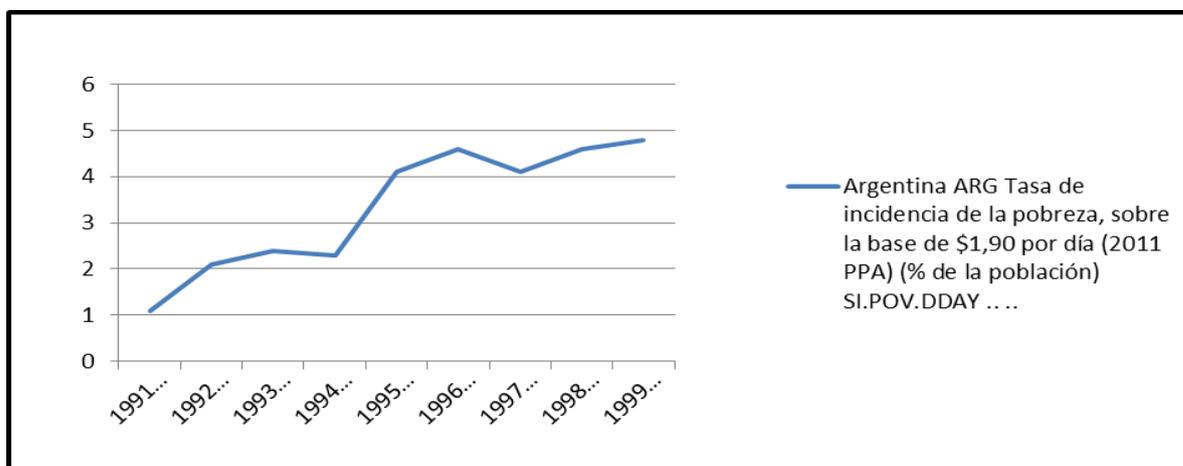
federal, no interior são registrados níveis muito mais altos, ao ponto que na região noroeste, a pobreza atingiu 55,9% da população e indigência para 17,6%, enquanto na região nordeste para 57,3% e 18,8% respectivamente.

Este fato nega categoricamente o crescimento econômico – pois não houve riqueza sobre os mais necessitados. O autor cita um relatório do Banco Mundial sobre a distribuição de rendimentos que amplamente apoia esta afirmação: a partir do ano 1994 os 20% mais ricos da população passaram de 11 vezes mais a 14,7 vezes mais do que os 20% a mais pobre. Mas se considerarmos a relação entre o décimo mais rico da população e o décimo mais pobre o resultado é ainda pior: segundo dados que o referido autor apresentou do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC), a primeira ganhou 25 vezes mais do que o segunda, quando em 1980 essa relação foi de 12,7 vezes e no momento da iniciação o Plano de Conversibilidade 15 vezes.

De outro ângulo, no final da década os 10% mais ricos apropriaram-se de 37,2% da renda, enquanto os 10% mais pobres fizeram 1,5%. Embora tudo isso possa piorar mais ainda se em vez de citar os dados oficiais consideramos um estudo realizado Fundação de Pesquisas Econômicas Latino- Americanas (FIEL) de acordo com isso, os 10% mais ricos ganharam 40 vezes mais que os 10% mais pobres e apropriou 48,3% das receitas (quase metade do total) contra 1,3%. Em suma, 10% dos a população (3,7 milhões) ganhou tanto quanto os 33,3 milhões restantes.

Mais uma informação sobre o modo como as crises afetam o aprofundamento das desigualdades social: entre 1992 ('estabilização total') e 1995 ('depois da tequila'), a renda da classe mais baixa caiu 20% e os da classe média em 15%, enquanto pessoas ricas perderam apenas 5%. Abaixo o gráfico 3 ilustra este crescimento da pobreza, é possível sem muitas variações a pobreza crescente durante todo governo de Menem.

Gráfico 3 - Taxa De Incidência Da Pobreza, Com Base Em US\$ 1,90 Por Dia (% Da População (1989-1999)).



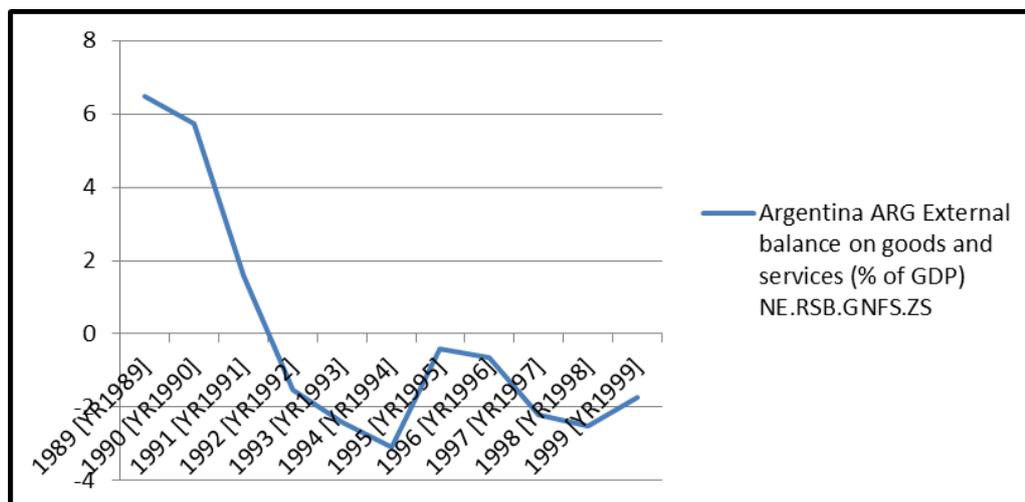
Fonte: WOLRD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#<> . Acesso em 05/06/2018 às 17h30min.

Como podemos ver, políticas de ajuste e crises pagamentos internacionais periódicos são resolvidos pelos setores mais desprotegidos. Argumenta-se que não só houve um aumento substancial da pobreza como nas condições de vida dos pobres.

### 3.4 Balança Comercial

Ainda sobre os impactos causados pela abertura comercial e o Plano de Conversibilidade, o gráfico 4 mostra a Balança Comercial argentina, que segundo Martins (2009, p.13) as reformas neoliberais sacrificaram o setor nacional, pois houve aumento no consumo externo e não no interno. Estes valores correspondem ao saldo externo de bens e serviços (anteriormente saldo de recursos) que é igual às exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços (anteriormente serviços não-fatoriais).

Gráfico 4: Balança Comercial (% Do PIB (1989-1999))



Fonte: WOLRD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#<> . Acesso em 05/06/2018 às 17h30min

Estes números revelam contradição no que se refere a política externa adotada por Menem, que segundo Santoro (2015), sua participação no sistema internacional neste período era voltada para o alinhamento com os Estados Unidos e para a tentativa de integração com países da América Latina, no entanto é notável que o saldo da Balança Comercial se mantém em uma constante negativa, resultante do Plano de Conversibilidade, por aumentar o poder de compra no plano externo mas o diminuiu no interno, elevando os preços dos produtos nacionais assim, a redução de barreiras alfandegárias também prejudicou o setor.

O que mantinha esse nível de consumo importador funcionando era, de fato, a entrada de recursos externos, e não as privatizações como se pode observar pela conta de capital. Os cinco anos de privatizações do primeiro governo de Menem (1989-1999) responderam por menos de 30% do saldo da conta de capital. Acumulação em cinco anos, os saldos da diferença da conta corrente com a conta de capital acumulariam US\$ 14. 992 milhões. (SOUZA, 2007,p. 156).

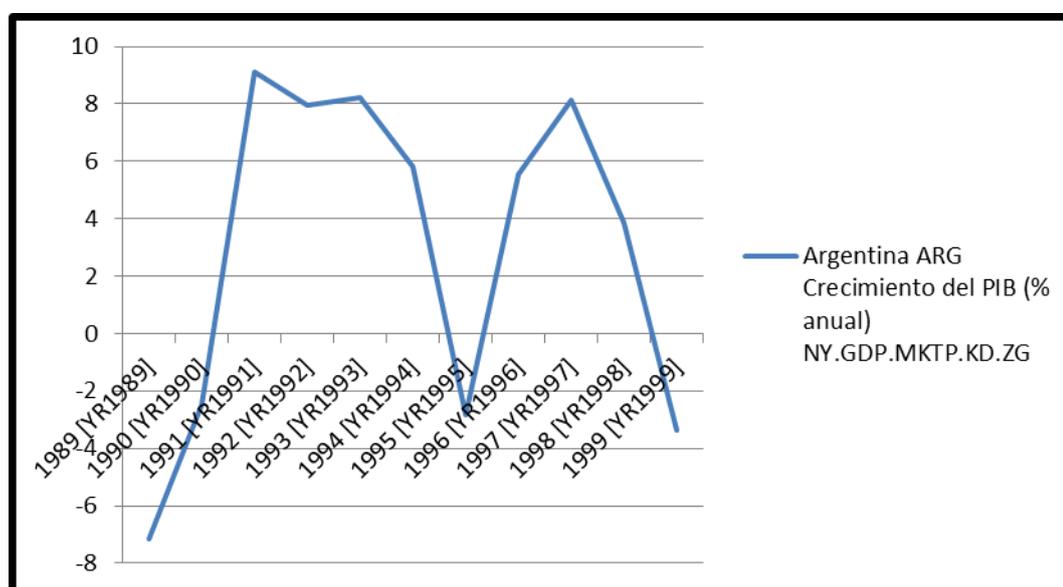
Observa-se com esse indicador que se por um lado o consumo importador resultante do Plano de Conversibilidade fora importante para diminuir a inflação e estimular o PIB, por outro no que tange a Balança Comercial, este produziu um déficit.

### 3.5 PIB

Outro destaque no que tange aos efeitos positivos na economia argentina é o crescimento do PIB no primeiro mandato de Menem (1989-1994). Para analistas em sua

maioria isso se deveu ao aumento do consumo importador estimulado pelo Plano de Conversibilidade. No entanto causou extrema vulnerabilidade da economia argentina que, em vista do já mencionado déficit, torna-se dependente de financiamento externo crônico para sustentar o modelo caracterizado para a saída de recursos. Afinal, segundo Cristobo (2009, p. 08) é gerado um círculo vicioso que recorre a ajustes políticas fiscais cada vez mais regressivas e a transferência permanente de renda dos trabalhadores e pequenos e médios setores da economia, ligados ao mercado interno, o capital mais concentrado.

Gráfico 5: Crescimento Do PIB (%) (1989-1999))



Fonte: WOLRD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#<> . Acesso em 05/06/2018 às 17h30min

De 1990 a 1994 o PIB da Argentina cresceu em média 6,4% por ano, isso para Souza (2007, p.147) se deu graças ao aumento das importações devido a paridade cambial, o chamado consumo importador. A política de valorização cambial utilizou de US\$ 12 milhões de dólares das reservas argentinas para que o Plano de Conversibilidade desse certo. Já a baixa eficiência média posterior a esse período se deu pelo crescimento populacional e do desemprego.

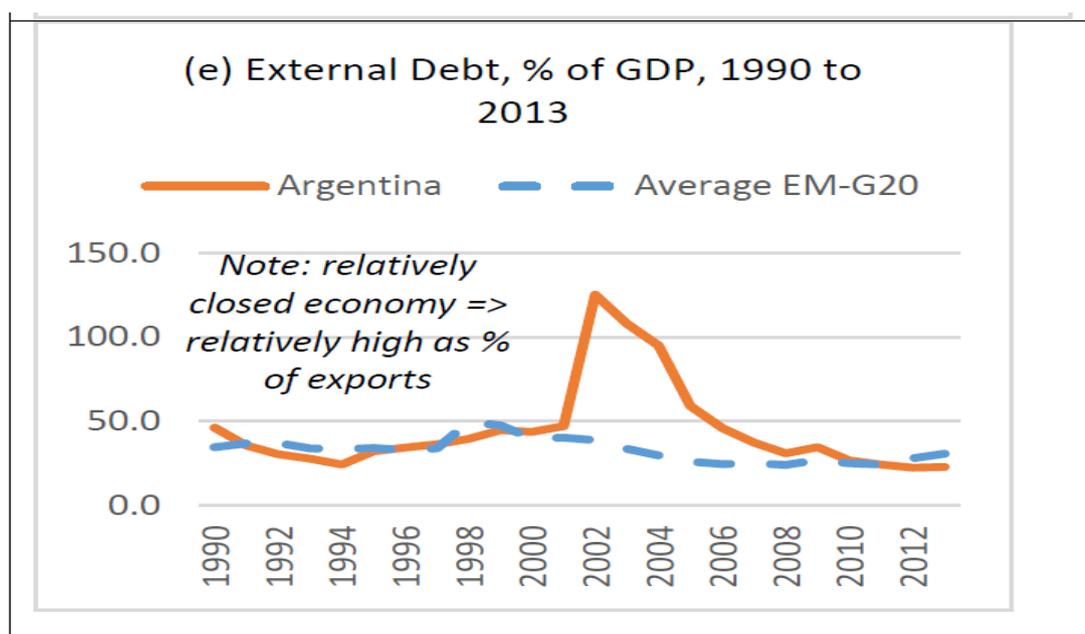
De acordo com Camuratti (2004, p. 316) o INDEC o valor da produção das 500 maiores empresas aumentou 20% entre 1995 (crise produtiva aguda originada no efeito Tequila). Nesse mesmo período, o PIB aumentou consideravelmente. Neste grupo de 500 maiores empresas, a participação de empresas estrangeiras Ela cresceu de 64,8% em 1995 para 79,4% no ano 2000.

Um elemento chave para essas mudanças estruturais foram as privatizações, aconselhado pela ortodoxia globalizadora neoliberal e em que a Argentina mostrou um recorde preocupante. Durante os anos noventa o governo obteve US\$ 24.000 milhões de renda por privatizações de praticamente todas as empresas públicas. Desse total, US\$ 16.000 milhões foram contribuídos por capital estrangeiro e US\$ 8.000 milhões pelos capitais argentinos, muitas das quais vendidas subsequentemente esta participação para investidores externos. O programa de privatização desenvolvido no país foi caracterizado por irregularidades (o que, em muitos casos, significava empresas de saque) e a urgência das vendas para manter o equilíbrio fiscal e pagar prontamente os compromissos da Dívida Externa antes das Organizações Internacionais (CAMURATTI 2004, p. 316).

### 3.6 Dívida Externa

Como á fora dito nos gráficos anteriores alguns fatores das políticas neoliberais, como abertura comercial e a paridade cambial geraram um estímulo das importações, no entanto o crédito para consumo somado ao aumento da taxa de desemprego contribuíram para o aumento da dívida externa, que passou de US\$ 65 milhões de dólares em 1989 para US\$ 87, 700 milhões em 1994.

Figura 1 – Dívida Externa (% Do PIB, 1990-2013)



><http://documents.worldbank.org/curated/en/253181476986842654/The-credibility-of-economic-policy-making-in-Argentina-1989-2015><. Acesso em: 30 mai. 2019.

A figura 1 mostra como a dívida externa da Argentina cresceu ao fim do mandato de Menem, o que para Basualdo (2008), a profunda desregulamentação dos movimentos do capital é uma causa central na ampla difusão de diferentes crises que eclodiram durante a hegemonia neoliberal. O que, além de gerar baixo crescimento, determinou sucessivos ciclos de expansão e retração em diferentes países e regiões, conspirando contra o desenvolvimento de todos eles. A influência política imposta pelas agências internacionais de crédito e os interesses de fundos especulativos ou "abutres". Porém, no caso argentino, e também na economia internacional, mas com outras características e conteúdo, há outra modificação substantiva, isso não exclui os anteriores, mas os desloca em importância, que consiste, na prioridade assumida pelo endividamento externo no comportamento de grandes empresas a fim de especificar a avaliação financeira do excedente, e da qual a expansão acelerada da dívida externa do setor público faz parte do voo do capital local no exterior.

Tendo em vista a exposição acima a literatura faz algumas observações. De fato, segundo Anderson (1995), as diligências adotadas, seguidas pela recomendação de Hayek reduziram a taxa de inflação e aumentou os lucros das indústrias que haviam sofrido queda. No que tange a taxa de desemprego, houve um aumento significativo, resultado, segundo o autor, do enfraquecimento dos sindicatos.

Para Anderson (1995) o projeto neoliberal obteve parcialmente êxito, uma vez que tornou os índices econômicos positivos, mas que não cumpriu ao todo com as expectativas depositadas, pois não houve mudança significativa na taxa de crescimento do PIB, permanecendo inferior aquela alcançada nos anos de 1960 e 1970. De acordo com o autor, isso se deu porque as reformas fiscais produziram um efeito inverso do esperado, uma vez que proporcionou uma condição mais especulativa que produtiva, além disso, apesar dos esforços para manter uma disciplina orçamentária, com o aumento da taxa de desemprego e do número de pensionistas, os gastos públicos foram elevados.

Outro fator que fora unânime dentre os indicadores mostrados acima fora o reflexo da abertura comercial bem como do Plano de Conversibilidade nos valores apresentados, tanto no que tange aqueles economicamente positivos como a contenção da inflação e o crescimento do PIB, como nos efeitos negativos, como a elevação da taxa de desemprego e pobreza, como no aumento da dívida externa e a balança comercial negativa. Sendo estas duas medidas as que causaram maior impactos sócios-econômicos.

## 4 A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NA CRISE ARGENTINA

Neste capítulo, analisamos as consequências econômicas na Argentina à partir dos anos de 1990, principalmente em decorrência do Plano de Conversibilidade junto as séries de reformas de cunho liberal. Mostraremos como a Argentina, que se mantinha até então como um país latino-americano acima da média econômica do continente, culminou-se em uma crise de grande proporção econômica e social. Abordaremos o teor das reformas liberais, e o quanto elas contribuíram negativamente, sobretudo nas privatizações, abertura para o mercado internacional, aos arrochos salariais de trabalhadores.

### 4.1 A Argentina dos anos 1990: estabilização, reformas estruturais e crise social

Neste capítulo, visamos analisar os meios pelos quais estancou a crise argentina. Adiantamos que o modelo de liberalização econômica junto ao Plano de Conversibilidade será apresentado como os principais fatores de declínio da economia no país. Esse modelo trouxe uma estabilidade econômica, sobretudo entre o final do século XIX e primeiras décadas do século seguinte. Deste modo, é necessário retomamos brevemente o “roteiro econômico” argentino visando entender o processo geral dessa dinâmica.

É conveniente afirmar que o pensamento crítico latino-americano enfatizou a heterogeneidade econômica e social que marcou a formação das economias latino-americanas.

Conviviam (e, em alguma medida, ainda convivem), em nossas sociedades, setores produtivos de elevada eficiência e, por decorrência, grupos sociais integrados à modernidade determinada nos países centrais, com outros setores caracterizados pela baixa produtividade e pela desagregação social (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 50).

Dentre os países latino-americanos, a Argentina conseguiu reproduzir uma sociedade homogênea diante de uma base produtiva tradicional. Podemos compreender e afirmar que esse fenômeno ocorreu também por meio da tomada liberalizante.

Inicialmente, há que se lembrar que os primeiros anos da “conversibilidade” foram de elevado dinamismo em termos de crescimento da renda e sucesso no combate à inflação crônica, que

passou de mais de 3.000% em 1989 para níveis de um dígito a partir de 1994 (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 50).

Não era um evento a se comemorar. Logo, verificou-se uma deterioração social. Aumento substancial da taxa de desemprego junto aos piores níveis de salários das últimas três décadas. No início dos anos 1990 a Argentina apresentava índices de concentração maiores do que a média do continente. Já em 2002, sua situação só não era pior do que a do Brasil. Essa reviravolta respalda a afirmação de que a Argentina experimentou uma notável alteração em sua estrutura social.

Nos anos 1990, a Argentina era tida por muitos como um caso exemplar de sucesso na adoção de um regime cambial duro, o currencyboard (CB), como forma de combate à inflação e, assim, de resgate da credibilidade das autoridades monetárias em países que haviam experimentado processos inflacionários crônicos (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 50).

O regime cambial duro (CB), foi implementado em 1991, através do Plano de Conversibilidade. Sua necessidade veio durante um baixo crescimento e uma elevada inflação. Esse plano induziu a um padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo maior do que a variação da renda, financiado com o endividamento externo. Porém, os níveis de investimento não cresceram e o quadro veio a se agravar. Houve uma deterioração da posição comercial externa e desestruturação do setor produtivo.

Os crescentes déficits em conta corrente, que ultrapassavam a casa dos 4% do PIB, traduziam a expansão nos gastos com bens e serviços do resto do mundo em uma proporção muito maior do que a capacidade do país de adquirir divisas por meio das exportações (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 52).

O que sustentou esse modelo foi a entrada líquida de capitais. Em contrapartida, aumentou o endividamento. Durante os anos de 1992 a 1998, o chamado auge do modelo, a economia argentina cresceu num ritmo de 6% ao ano, com um déficit de US\$ 60 bilhões em transações correntes. “Em investimento direto externo, o país captou US\$60 bilhões no mesmo período que privatizou setores energéticos, de petróleo e de telecomunicações.” (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 52).

A recessão ocorrida entre 1999 e 2002 eliminou os ganhos derivados da conversibilidade ao mesmo tempo em que agravou a situação fiscal do setor público. Nesse mesmo período, para se ter uma ideia, as rendas do setor público não financeiro cresceram

11% enquanto as despesas 32% (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 52). Os juros sobre a dívida pública passaram de 7% para 18% em 2001. As decisões diante da conversibilidade mergulhou a Argentina, à partir de 1999, numa profunda recessão (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 52).

Em particular, o ano de 2001 foi marcado por uma crescente perda de confiança na solvência da economia argentina, especialmente do setor financeiro. As reservas internacionais que, no começo de 2001, estavam na casa dos US\$ 21 bilhões, caíram rapidamente para menos de US\$ 15 bilhões em agosto (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 53).

Uma notável queda dos depósitos bancários em quase um terço e os saldos negativos da conta capital mostrou o curso da crise marcada pela fuga de capitais. Se antes a Argentina era vista com uma alta homogeneidade social, na crise percebeu-se um país próximo à realidade média latino-americana. “Entre 1980 e 2002, o decil superior viu sua participação na renda passar de 31% para 41%, ao passo que o decil inferior experimentou uma queda de 2,8% para 1,8%.” (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 54).

Todo esse processo culminou no achatamento na classe média urbana. Isso colocou o quadro distributivo argentino motivado pelas décadas de reformas liberalizantes, pior do que em países como Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e México. Antes da crise da dívida externa, a Argentina e o Uruguai apresentavam os níveis de renda mais equitativos entre os principais países da região.

No auge da crise de 2002 e tomando por referência o contexto latinoamericano, a distribuição de renda da Argentina só não era pior que a do Brasil. Mais que isso, a pobreza, que sempre foi um fenômeno marginal, tornou-se generalizada, afetando metade da população (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 55).

Em 1980, apenas 7% das famílias urbanas na Argentina foram consideradas pobres pelos critérios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Em 2002, nesse mesmo modelo de pesquisa, as cifras subiram para assombrosos 45% das famílias. Houve também uma drástica baixa dos rendimentos reais do trabalho e o desemprego que se instalou num patamar médio três vezes superior ao analisado nos anos da crise de 1980. Isso levou a Argentina ao seu mais grave quadro de deterioração do mundo do trabalho. “No auge da instabilidade, no último bimestre do ano, a redução dos depósitos bancários se dava no ritmo de \$ 500 milhões por dia. Em dezembro, o peso e o governo desabam, diante da pressão das manifestações populares (os “panelaços”)” (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 6).

Ressaltamos que no ápice da crise e antes do fim da conversibilidade, o FMI tentou liberar pacotes de socorro ao país; o que seria uma tentativa grosseira de implementar as reformas liberalizantes.

Entre 1991 e 2001, foram firmados cinco acordos (1991, 1992, 1996, 1998 e 200-2001), além de dois outros em 2003 – cujos recursos eram destinados fundamentalmente para honrar os compromissos já assumidos. Os montantes desembolsados pelo Fundo chegaram a US\$ 42 bilhões em valores correntes (ou DES 27 bilhões), dos quais US\$ 23 bilhões no acordo Stand-by de 2000 e sua suplementação em 2001 (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 6).

Em decorrência da sua grave crise, o governo argentino enfrentou uma série de protestos. Nesse período, o país já não tinha uma alta homogeneidade social – como afirmamos - para se tornar mais próximo da realidade média do continente latino-americano. “A madrugada do dia 19 de dezembro começou com saques a supermercados médios e pequenos em todo o país, sobretudo na busca de comida” (SOUZA, 2007, p. 261). Foi a primeira vez em que os protestos atingia essa magnitude, chegando à capital federal. O governante da época, De La Rúa, ainda tentaria fazer contato com os deputados e senadores na Câmara. Em sua tentativa de sair do recinto e voltar à Casa Rosada, recebeu uma chuva de pedras que eram jogadas no carro oficial, junto a excessivos insultos populares.

Instalara-se o caos, tendo como pano de fundo a crise oriunda do Plano de Conversibilidade e das políticas de reforma liberalizadas.

Em nossa concepção, esse fato alterou os parâmetros de comparação sobre a qualidade do desempenho econômico recente. Vale dizer, a atual recuperação do crescimento só pode ser apontada como um “sucesso” em comparação com a forte deterioração provocada pelos últimos anos da “Conversibilidade” (CUNHA & FERRARI, 2005, p.7).

Mesmo após a reestruturação de sua dívida, a Argentina esteve muito distante do seu “glorioso” passado. Mais distante ainda daquilo que foi imaginado no que tange a implantação do Plano de Conversibilidade e das reformas liberais.

A redução da atividade econômica e o alto desemprego não criavam espaço para ganhos substantivos nos salários. A partir da saída da conversibilidade a dinâmica salarial foi outra. A deflação desapareceu, quando se toma o índice geral de preços, retornando-se a um processo inflacionário moderado (CUNHA & FERRARI, 2005, p.7).

Em 2004, a chamada inflação acumulada atingiu estrondosos 50%. Nesse mesmo ano houve uma tendência a recuperação salarial. Porém, diante da imprevisível situação, não foi possível reverter as perdas acumuladas com a longa recessão de 2001-2002. “É importante notar que com a crise social que se instaura em 1999 os rendimentos reais do trabalho atingiram seus níveis mais baixos em um quarto de século” (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 8)”. Pesquisas sugerem que se levarmos em conta os avanços após a conversibilidade, talvez demore mais de meio século para a Argentina ter sua economia próxima daquela que foi em meados de 1998. Viabilizando isso, o governo Kirchner (presidente que assumiu diante da crise econômica instaurada) passou a enfrentar a questão da renegociação da dívida externa.

Os indicadores destacados até aqui apontam, inequivocamente, para o impressionante fato de que a Argentina transformou-se, em pouco mais de uma década, em uma sociedade marcadamente desigual e com quase metade da população vivendo em condições muito próximas da pobreza ou indigência (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 8).

As afirmações das terríveis condições econômicas e sociais enfrentadas pela Argentina após a tomada de reformas e conversibilidade não seriam surpresa caso ocorresse a qualquer outro país do continente latino-americano. Ao se tratar da Argentina, que sempre esteve acima da média e tratou a pobreza como algo marginal, a preocupação é viável e pertinente.

## **4.2 O Fim Do Plano De Convertibilidade Na Argentina**

É importante afirmamos que em nossos estudos, não entendemos a crise financeira na Argentina através de um isolado fator. Não se pode julgá-la simplesmente pelo episódio de decisões domésticas associadas ao Plano de Conversibilidade. Os acontecimentos decorrentes desse período foram comuns também em outros países do mundo e até mesmo em momentos diferentes na própria Argentina. “A crise argentina de 2002 é um típico episódio que reflete a natureza recente das relações entre os países periféricos e os mercados financeiros internacionais globalizados e desregulamentados.” (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 10). Ela se baseou na quebra de vínculo entre um único devedor e diversos investidores, o que acabou por tornar complexo o processo de renegociação.

Assim, antes da década de 1970, quando predominavam regimes de câmbio fixo eram mais comuns crises de balanço de pagamentos (em conta corrente), onde se constatava uma inadequação das condições

domésticas com a sustentação do compromisso de se manter taxas de câmbio (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 10).

Diversas ações legitimavam as chances de rupturas, tais como um nível de inflação superior à média internacional, ou choques nos termos de troca. Ocorria que nos meses anteriores as crises, haviam implementações de políticas domésticas expansionistas e o crescimento com contração das exportações. “Os pacotes de socorro financeiro do FMI eram suficientes para normalizar as transações comerciais e de serviços, e vinham acompanhados de ajustes macroeconômicos que visavam adequar a absorção doméstica à capacidade de pagamentos externos” (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 10). Com a globalização financeira na década de 1990, fez com que o endividamento tivesse um novo ciclo, predominante junto a fontes privadas. Teorias apontavam como a integração financeira poderia estimular o crescimento.

Ampliariam a poupança mobilizável pelos países em desenvolvimento e a taxa de retorno (ajustada ao risco) para os provedores do capital, os países industrializados. Permitiriam, ainda, a transferência de tecnologia, a pulverização do risco com resultados mais eficientes em termos de alocação de recursos e, por fim, o desenvolvimento dos mercados financeiros nos países receptores (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 12).

Porém, não foi possível provar um vínculo positivo entre abertura financeira e crescimento. Essa abertura geraria, em outras palavras, uma instabilidade doméstica. Em resumo, há pouca evidência de que a integração financeira tenha auxiliado os países em desenvolvimento em seu crescimento do consumo. Assim, concluímos que a experiência argentina se enquadra a dinâmica dos efeitos gerais da liberalização em países desenvolvidos. No início há uma euforia dos mercados financeiros. “Entre 1991 e 1998, o PIB cresceu a uma taxa média próxima de 6% e a inflação, que chegava a 30% ao mês em 1991, estabilizou-se em um dígito ao ano.” (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 13). No entanto, ao passar do tempo verificou-se um aumento da dívida e a rigidez do modelo macroeconômico.

Com a recorrência de crises financeiras os mercados internacionais ficaram menos líquidos e mais receosos em aplicar seus recursos em países com elevada vulnerabilidade externa. Neste novo quadro a Argentina passou a depender cada vez mais de recursos oficiais, dos pacotes financeiros liderados pelo FMI, e de captações junto ao mercado privado de títulos de dívida portadores de juros suficientemente altos para contentar o apetite dos administradores dos fundos de investimentos mais agressivos em suas metas de rentabilidade (CUNHA & FERRARI, 2005, p. 13).

O ano de 2001 implicou na necessidade de reestruturar uma dívida central de um país em plena ebulição social. Em março de 2002 ficou conhecido como o marco representativo do fim do plano de convertibilidade iniciado timidamente desde 1976 e assumido explicitamente em 1991. Sem sombra de dúvidas, a crise estancada foi um efeito resultante da política econômica ligada à paridade cambial e à agenda de “Ajuste e Reforma”.

Mas o que caracteriza a capitulação – e mesmo o desnudamento é a necessidade periódica de financiamento externo. Era buscado para a promoção de movimentos de liquidação de ativos domésticos, os quais adquiriam forma financeira e terminaram por ter uma baixa eficiência no crescimento da economia local, antes de se tornarem “poupança externa” (SOUZA, 2007, p. 264).

Se, em outras palavras, a riqueza argentina não se resumia ao aquecimento da economia local, externamente os agentes envolvidos nesse modelo de política econômica lucravam aos montes. Nisso, as consequências sociais da política de convertibilidade empregada por mais de uma década no país, faziam-se evidentes, em sua saída: os índices de pobreza absoluta e indigência elevavam-se em patamares até então desconhecidos para os argentinos (SOUZA, 2007, p. 266) . O mesmo autor nos apresenta os seguintes dados:

Uma pesquisa do INDEC realizada em março de 2002, em 28 aglomerados urbanos do país mostrava mais de dez milhões de trabalhadores argentinos em condições precárias de emprego: vendedores ambulantes, empregados não-qualificados, trabalhadores remunerados a menos de 200 pesos por mês, assalariados sem desconto previdenciário, subocupados, trabalhadores temporários ou sazonais, entre outros.

Esses dados revelam o teor das consequências do plano econômico argentino da época. Foi necessária a adoção de medidas contrárias para que o país não continuasse a experimentar uma recessão que aumentou sua pobreza significativamente.

Foi no dia 6 de janeiro de 2002, promulgada a Lei de Emergência Pública e Reforma do Regime Cambiário, que significaria o fim da convertibilidade. Demais ações tiveram como objetivo reordenar o sistema financeiro. Diante dessas ações, o ritmo de crescimento era pequeno, junto a inflação e queda de juros. “No final de 2002, confirmava-se nos números a catástrofe argentina: era a menor recessão da história do país, com uma queda de 10,8% do PIB; as reservas em dólares do BCRA encontravam-se a menos de 10 bilhões de dólares; 54% da população argentina passara a viver abaixo da linha da pobreza, da qual metade, ou 27% do total, encontrava-se em situação de indigência” (SOUZA, 2007, p.269).

### 4.3 O Modelo Neoliberal: Pilares Da Crise Argentina

Quando se analisa os períodos do modelo exportador na Argentina, percebe-se um paradoxo; ao mesmo tempo que há uma implementação de reformas pró-mercado, há também uma aceitação social dessa política.

Em ambos os casos, a credibilidade do discurso primário exportador foi sustentada por uma importante expansão no nível de consumo, superior inclusive ao ritmo de atividade econômica, que possibilitou, em especial aos setores médios, a aquisição de importações de bens de consumo duráveis modernos (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 70).

A valorização da taxa de câmbio atrelada ao expressivo número de capital disposto a entrar no país, fez com que houvesse uma aceitação doméstica a política neoliberal. Assim, um aumento do consumo interno diante das reformas pró-mercado, fez os argentinos entenderem que melhor seria fundar sua economia na exportação de produtos primários. Para eles, esse seria o modelo ideal de crescimento econômico. Na década de 1990, uma importante aceitação da visão do neoliberalismo econômico, impulsionou os principais países latino-americanos a adoção dessa política.

A adoção do regime cambial de conversibilidade teve dois efeitos de fundamental importância para a sociedade argentina. Em primeiro lugar, a conversibilidade constituiu-se no mecanismo mais visível para debelar o histórico processo de elevação de preços, que vinha manifestando-se de forma persistente desde o pós-guerra, e, particularmente, no período de ‘alta inflação’, cujo auge foi a crise hiperinflacionária de 1989 – que levou, inclusive, à antecipação da sucessão presidencial (CUNHA & FERRARI, 2008, p. 71).

Iniciado o ano de 2003, seu novo presidente – Kirchner – receberia a administração do país com a incumbência de dar continuidade ao processo de desvalorização do peso e, principalmente, reacender as atividades econômicas. Segundo Souza (2007, p. 270), “Néstor Kirchner teria de lidar, sobretudo, com uma população enganada, empobrecida e maltratada pela classe política, nos últimos anos”. Uma das dificuldades maiores do novo empossado seria o de combater o maior desemprego da história de seu país.

O FMI e o Banco Mundial acreditam que a crise argentina de 2001 foi motivada, principalmente, pela combinação de um elevado déficit público junto a um nível insuficiente de reservas em moeda estrangeira, além de uma ineficiente manutenção da paridade cambial.

Segundo Souza nos apresenta, os argumentos acima exposto podem ser combatidos da seguinte forma: as reservas argentinas antes de 2001 era superiores aquelas existentes em 2000 e 2001. Ou seja, “[...] a crise causou a queda nas reservas, e não o contrário, e em nenhum momento as reservas em moeda estrangeira caíram em termos absolutos” (SOUZA, 2007, p. 278).

Sobre o déficit público, é sabido que nos anos de 1990, a Argentina apresentou quatro anos seguidos de superávits primários em suas contas até 2001. “Não se trata, assim, de um déficit em si – posto que representa, em sua maior parte, um resultado de renúncia fiscal – mas de uma redução sistemática da capacidade de movimentação da demanda efetiva pelo governo” (SOUZA, 2007, p. 278). Desse modo, a crise nas reservas ou em déficit foram – de certa forma – ocasionados pelo plano de conversibilidade.

Assim, tem-se que, se o fatores apontados pelo FMI e Banco Mundial como ligados à crise argentina fossem procedentes, tal não poderia ter se dado por uma insuficiência, mas por sua ampla utilização. Deve-se assim ressaltar o papel que esses órgãos tiveram como difusores e entusiastas das políticas econômicas empregadas na Argentina até a véspera da crise e durante seu desenredo (SOUZA, 2007, p. 278).

Em nossa conclusão, acreditamos que a crise foi ocasionada pela combinação de políticas liberalizantes com o câmbio fixo, junto a queima de ativos públicos e decréscimo da eficiência dos investimentos.

A aliança política conhecida por UCR- FREPASO<sup>3</sup> recebeu o governo em mãos na dúvida se continuaria uma agenda de reformas liberalizantes. Aos poucos, foi-se descobrindo que as empresas públicas já haviam sido privatizadas, a economia já havia sido aberta aos produtos importados, bem como o capital externo já tinha total liberdade. O que lhes restou foi um arrocho na massa salarial e nas pensões dos trabalhadores.

Tal causaria a insatisfação popular na base da crise social de 2001. Havia uma privatização residual de órgãos públicos (como as

---

3 FREPASO – Frente para um País Solidário. “Formara-se, a partir da junção da FREPASO (Frente para um País Solidário) com a UCR, uma poderosa força de oposição a Carlos Menem, a Alianza (Aliança para o Trabalho, Justiça e a Educação). Esta se compunha de vários pequenos partidos, resultantes em boa parcela de expurgos peronistas e radicais ao longo do período pós-1983, somados a um discreto apoio radical” (SOUZA, 2007, p. 222).

universidades, por exemplo). Em contrapartida, o FMI oferecia apenas, sob a forma de crédito, um alívio temporário ao colapso, que, desde o advento da convertibilidade, em 1991, tornara-se anunciado (SOUZA, 2007, p. 279).

As consequências das decisões do plano de conversibilidade provocou um aumento da eficiência dos investimentos, além de liquidar o parque industrial argentino em benefício da especulação financeira. Diante de assombrosa situação, a queda da conversibilidade é inevitável e previsto.

Após o expurgo das forças políticas que controlavam o discurso “progressista” – que ajudara a UCR a voltar ao poder, dez anos depois de ter sido solapada por uma crise econômica – o governo De La Rúa optou por resolver o problema através de sua simples postergação, até o momento que em fosse impossível fazê-lo (SOUZA, 2007, p. 278).

Novas tentativas de privatizações que se seguiu, bem como novos choques estruturais na massa salarial – como desejava López Murphy<sup>4</sup> – tornaram-se inviáveis. Deste modo, entendemos que.

A crise argentina pode ser observada não como um conjunto caótico de tomadas de decisão a esmo ou a simples mando das entidades internacionais, mas como um processo, que tem sua entrada, seu desenvolvimento e sua saída, dentro da lógica dos interesses de quem o controla (SOUZA, 2007, p. 303).

Sabemos que a crise argentina de 2001 – principalmente – foi efeito das decisões políticas de cunho liberal desde a década de 1970. O erro, provavelmente, decorreu da substituição do processo de industrialização por um de importações, além de voltar a economia argentina para um mercado externo. Assim, concordamos que,

Manter a convertibilidade seria um risco cada vez menos coberto pela capacidade de a economia argentina cobri-lo, posto que sua estrutura

---

4 Ricardo López Murphy, ministro do governo do então presidente argentino Fernando De La Rúa. “De La Rúa, notando o desgaste avançado de seu governo, que mal chegara ao segundo quarto, aproveitaria o ensejo da saída de Graciela Meijide, em 2 de março de 2001, para desfazer-se também de Jose Luis Machinea. Este parecia incapaz de melhorar a disposição do FMI para com a Argentina. Ricardo López Murphy seria chamado ao ministério da Economia”(SOUZA, 2007, p. 250).

econômica não mudaria no sentido de oferecer rendimentos crescentes em escalas. Economizava-se no governo, e nas empresas, para reduzir o montante de recursos aplicados, elevando-se sua margem. Dão o desemprego e a queda na renda do trabalhador (SOUZA, 2007, p. 307).

Diante disso, vale ressaltar que as reformas trabalhistas de 1991 e 1992 foram insuficientes para se combater o desemprego. Houve uma demanda insuficiente para um crescimento de curto prazo. Uma economia fraca perante os ataques especulativos e uma concentração pura e simples de renda. Assim, o plano de convertibilidade foi de agrado a um restrito grupo, que abrangia os participantes do capital externo e os gerenciadores desse capital em solo doméstico.

As transferências federais para as provinciais representaram cerca de um terço da corrente do governo federal receitas, ou cerca de 6% do PIB durante a maior parte dos anos 90. Desempenho fiscal provincial variaram amplamente nas jurisdições durante os anos 90. Algumas províncias (por exemplo, San Luís) eram persistentes superávits, enquanto outros apresentavam déficits persistentes. Alguma dessa variabilidade deveu-se a boa gestão, mas também houve grande variabilidade nas receitas per capita recebidas jurisdições (ROSENBLATT 2016, p. 09).

Segundo Rosenblatt (2016, p. 10) a distribuição de transferências entre jurisdições foi bloqueada pelo Reforma constitucional de 1994 e baseava-se em normas históricas e negociações (isto é, havia sem fórmula). Em média, o déficit fiscal agregado provincial foi de cerca de 1% do PIB durante os anos 90. Uma tendência fiscal que seria importante para a crise de 2001 foi a evolução das finanças da Província de Buenos Aires. O equilíbrio fiscal de meados da década de 1990 se deteriorou drasticamente à medida que os aumentos salariais e novas contratações aumentaram as despesas com pessoal drasticamente e grandes investimentos foram lançados. Provavelmente não é coincidência que o governador de Buenos Aires estava concorrendo à presidência em 1998, e o governador que a seguiu ambições presidenciais também.

Os fluxos cumulativos de resultados fiscais acumulam-se em dívida pública, ou mais precisamente, dívida pública líquida quando existem ativos significativos do setor público. Credibilidade do governo a capacidade de pagar a dívida não é apenas uma função do tamanho dessa dívida - em relação ao PIB ou à receita fiscal - mas também a taxa de juros dessa dívida e a taxa de crescimento esperada do PIB e / ou das receitas. A economia havia se recuperado fortemente dos efeitos colaterais da crise mexicana em 1995. . (ROSENBLATT, 2016, p. 10)

No período 1997-1999, uma série de choques externos impactou negativamente o crescimento Argentina: as crises financeiras asiática e russa em 1997 e 1998 elevaram os custos dos empréstimos mercados emergentes como a Argentina e o parceiro comercial do Mercosul na Argentina, o Brasil, recessão acentuada e forte depreciação de sua moeda. A crise asiática também teve um efeito negativo sobre os termos de troca da Argentina. Como o crescimento desacelerou e depois se tornou negativo em 1999, os mercados começaram reavaliar se a dinâmica da dívida argentina era sustentável. A Lei de Solvência Fiscal de 1999 (mencionado acima) tentou estabelecer uma via credível de ajuste fiscal. A credibilidade de o caminho, no entanto, naturalmente dependia da evolução do crescimento econômico e do interesse do mercado taxas sobre a dívida argentina. Este último já havia se mostrado altamente volátil durante a série do endividamento dos mercados emergentes no período anterior (ROSENBLATT, 2016, p. 10).

Dessa forma, nesse capítulo abordamos, dentre outras coisas, as principais consequências econômicas na Argentina à partir dos anos de 1990, em decorrência do Plano de Conversibilidade e as séries de reformas de cunho liberal. Mostramos dados reais que colocavam a Argentina como um país latino-americano acima da média econômica do continente, antes das séries de decisões fracassadas que culminaram em uma crise de proporções econômicas e sociais. O teor da política liberalizante comprovou seu aspecto negativo e extremamente contrário a industrialização doméstica e fortalecimento do mercado local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou compreender como se deu o processo de introdução do neoliberalismo na Argentina em 1989, não sendo uma política isolada do governo eleito, Carlos Menem, mas a partir de uma influência de interesses externos e de um contexto de crise e fragilidade política, econômica e social, refletida não só na Argentina, mas na maior parte da América Latina.

A partir dessa conjuntura de interferência externa e crise o modelo neoliberal fora implantado como um “salvador da pátria”, aquele que iria, além de por fim aos problemas da época como aquele que iria promover o desenvolvimento argentino.

Dessa forma, o presente trabalho definiu como objetivo identificar se as promessas de prosperidade das quais se pautava os defensores neoliberais seriam cumpridas e eficientes com o estabelecimento das reformas.

Concluimos com a análise dos dados e das discussões literárias que tais reformas não foram capazes de suprir com as expectativas depositadas sobre elas, pois apesar de apresentar nos primeiros anos melhorias em relação a alguns índices como a taxa de crescimento do PIB e a contenção da inflação, principalmente o primeiro não representou um aumento significativo, sendo abaixo do esperado. No que tange aos outros indicadores avaliados, verificou-se aumento da taxa de desemprego, pobreza e da dívida externa, além de fazer com que a balança comercial argentina ficasse em uma constante negativa no período delimitado neste trabalho.

Mas foi a adoção do "Plano de Conversibilidade" (1 dólar = 1 peso) que marcou o destino monetário e financeiro da Argentina dos anos noventa. O programa consistiu no estabelecimento pela lei do taxa de câmbio, a proibição da indexação de contratos e o compromisso das autoridades econômicas de não emitir moeda (pesos) sem backup (em dólares). Para um país devastado pela inflação, a virtual renúncia do Estado às suas prerrogativas monetárias parece não oferecer mais do que vantagens: os preços se estabilizaram magicamente e a economia foi transformada. No entanto, nota-se pelo menos três componentes perturbadores: dependência aguda da economia argentina de entradas de capital estrangeiro, o forte viés anti-exportação da taxa de câmbio e a alienação, pelo Estado, de suas ferramentas de controle dos caprichos do mercado.

A atração de recursos do exterior só era viável com uma taxa de juros local maior do que a internacional e com condições sedutoras o suficiente. No nível financeiro, os esforços nessa direção, foram notáveis: as autoridades aboliram todo o controle sobre a circulação de

capital, pararam de fixar o destino prioridade dos empréstimos, desde que o Banco tenha independência central e passou a ser transmitido ao setor privado a administração de pensões.

Outro ponto que observamos é em relação à concepção do neoliberalismo, não como uma teoria econômica, mas sim reivindicada como uma utopia social e política. Ao contrário de outros países onde aos representantes do liberalismo foram atribuídos o lugar dos participantes na construção de instituições políticas e na orientação da economia nacional, aos liberais argentinos foi reservado um papel indiferente e reativo, que ajudou a alimentar a natureza utópica e não poluída de suas ideias.

Embora a evocação dos princípios doutrinários da economia inglesa do século XVIII contribuiu para gerar a imagem de um universo ideológico e social, sua conversão em medidas e práticas modificou a composição, comportamentos e os discursos daqueles que inicialmente se sentiam contidos por aqueles ideais. Assim, o estabelecimento de um capitalismo sem salvaguardas acabou por prejudicar alguns dos grupos que se sentiam beneficiários e dissolvendo os princípios ideológicos que tinham sido característicos do liberalismo por longas décadas. A ofensiva modernizadora dos anos noventa, por outro lado, não poderia deixar os velhos liberais ilesos. As reformas não deram prioridade aos produtores sobre os operadores financeiros, não se reconheceu qualquer distinção entre os proprietários nacionais e estrangeiros; não se estabeleceu nenhum limite para os dispositivos de um mercado aberto.

No que se refere à Crise de 2001, observou-se que as políticas neoliberais implantadas por Menem em seus dois mandatos (1989-1994 e 1995-1999) tiveram forte influência para a eclosão da mesma, estando entre um dos fatores fundamentais para a chegada da profunda recessão que o Estado Argentino sofreu.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARMIJO, Philippe; FAUCHER, Leslie. **We Have A Consensus: Explaining Political Support for Market Reforms in Latin America**. [S. l.: s. n.], 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. Revis. Bras. Polít. Int. 2002.

BASUALDO, EDUARDO M. **Evolución de La Economía Aregentina en el marco de las tranformaciones de la Economía Internacional de las últimas décadas**. [S. l.]: SECYTT, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMURATTI, Segundo. Efectos de la Globalización neoliberal en la Argentina. **Revista Idelcoop**, Honduras, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRISTOBO, Matias. **El neoliberalismo em Argentina y la profundización de la pobreza**. Córdoba, Argentina: [s. n.], 2009.

DUHALDE, Santiago. **La respuesta de los sindicatos estatales al neoliberalismo en Argentina (1989-1995)**. Trabajo, Poder y Cultura, Santiago del Estero, 2009. Disponível em: > [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1514-68712009000200001](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712009000200001) < . Acesso em: 22 abr. 2019.

FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira. **As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 47-80, ago. 2008. Disponível em:> [www.scielo.br/pdf/ecos/v17n2/a03v17n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n2/a03v17n2.pdf) <. Acesso em: 22 abr. 2019.

GERVASONI, Carlos. **Del distribuicionismo al neoliberalismo: Los cambios en la coalición electoral peronista durante el gobierno Menem**. Buenos Aires, Argentina: [s. n.], 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HERMANN, Jennifer. **A experiência argentina de liberalização financeira nos anos 1990: uma análise crítica.** Disponível em > [http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/a\\_experiencia\\_argentina\\_de\\_liberalizacao.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/a_experiencia_argentina_de_liberalizacao.pdf). 2001.< Acesso em: 17 mar. 2017.

HERTEL, Rafael. **Abertura Neoliberal Comparada em Brasil e Argentina nos Governos de Cardoso e Menem.** Ed. N. 4, Vol. 2. RARI- Revista Acadêmica de Relações Internacionais, 2002.

MARTINS, Carlos Gilberto de Souza. **Abertura Econômica e Privatização na Argentina de Menem (1989-1999):** Impactos no Campo Social. Rio de Janeiro: [s. n.], 2009.

MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política.** Bueno Aires, Argentina: Los Polvorines, 2008.

NEGRÃO, João José. Para conhecer o neoliberalismo. São Paulo: **Publisher Brasil**, 1998.

SANTORO, Mauricio. **Alinhamento entre Argentina e Estados Unidos na Política Externa de Menem.** Nunciopolítica, Barbacena – MG, Vol. 10, n.2, jul-dez. 2015.

SILVA, Marcelo Lira. **Os fundamentos do liberalismo clássico: a relação entre estado, direito e democracia.** Editora: Aurora, 2011.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **A arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989 – 2002.** Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: > [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15092008-095927/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15092008-095927/) < Acesso em: 22 abr. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENBLATT, David. The Credibility of Economic Policy Making in Argentina, 1989-2015. **Policy Research Working Paper**, [S. l.], 2016. Disponível em: ><http://documents.worldbank.org/curated/en/253181476986842654/The-credibility-of-economic-policy-making-in-Argentina-1989-2015><. Acesso em: 30 mai. 2019.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. **A trajetória da economia argentina durante o governo Menem: a desarticulação da malha industrial.** In: ANAIS DO XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2014, Juiz de Fora. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2014.

WORLD BANK. Disponível em > <https://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators#>< . Acesso em 05 jun 2018.